



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 6ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS - 2023

1 No vigésimo quinto dia do mês de maio de dois mil e vinte e três, às treze horas e trinta
2 minutos, o Pleno do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul esteve reunido no
3 auditório do 5º andar do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), para realização da
4 6ª Plenária Ordinária deste Colegiado. A transmissão está disponível no seguinte endereço
5 eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=xwycqjF1LmY>. Estiveram presentes os se-
6 guintes **titulares**: Cláudio Augustin (CUT), Péricles Stehmann Nunes (SES-RS), Paulo An-
7 tonio Casa Nova (CRMV-RS), Ivete Regina Ciconet Dornelles (CRN), Vitório Alexandre Pas-
8 sero (CNBB), Itamar Silva dos Santos (Fetapergs), João de Deus Pawlak (Fracab), Carlos
9 Duarte (GAPA), Rodrigo Finkelsztejn (Sindsepe), Célia Chaves (Sindifars), Bruno Gomes
10 (Simers), Bárbara Marianoff Vaz (Agapan), João Custódio Iturbide (Fracab), Maria da Con-
11 ceição (FGSM), André Lagemann (Federação das Santas Casas e Hospitais Sem Fins Lu-
12 crativos do RS), Virginia Severo Cordeiro (CRP-RS), Elder dos Santos (CTB), Silvana Hal-
13 menschlager (Crefito), Teresinha Valduga (SES), Carolina Gyenes (SPGG), Angelica Frigo
14 (SAS); Lucia Silveira (CRESS), Danusa Santos da Cunha (Seduc), Milena Velasques Cor-
15 deiro (Corsan), Alcides Pozzobon (Fehosul) e **suplentes**: Bruna Engelman (Sergs), Paula
16 Fortunato (FETAG-RS), Nelson Khalil (FCD), Jaime Braz Bianchin Ziegler (CTB), Luciana
17 do Nascimento da Silva (CRESS). Discutiui-se os seguintes temas em **pauta: 1) Informes**
18 **e expedientes; 2) Apresentação do Planejamento do PPA; 3) Avaliação da 9ª Confe-**
19 **rência Estadual de Saúde; 4) Assuntos Gerais.** A Plenária foi aberta pelo membro da
20 mesa diretora, Carlos Duarte, que apresentou os novos representantes da Central dos Tra-
21 balhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Companhia Riograndense de Saneamento
22 (Corsan), Secretarial Estadual de Educação (Seduc), Conselho Regional de Serviço Social
23 (CRESS), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Secretaria Estadual de
24 Saúde (SES). O primeiro ponto de pauta tratou do **Plano Plurianual (PPA) 2024-2027** e foi
25 apresentado pela servidora Carolina, da Secretaria de Planejamento Governança e Gestão

26 (SPGG) e Péricles Nunes, diretor da Assessoria de Gestão e Planejamento (Ageplan). Pé-
27 ricles recorda que o PPA está previsto na Constituição Federal e Estadual, com prazo de-
28 terminado para ser remetido à Assembleia Legislativa, para apreciação. É um instrumento
29 de planejamento de médio prazo que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, ob-
30 jetivos e metas da Administração Pública, organizado em programas, estruturado em
31 ações, que resultem em bens e serviços para a população. Logo, reflete um plano de go-
32 verno, construído a partir de todas as secretarias do estado. Sua formulação é coordenada
33 pela SPGG. Abordou os aspectos metodológicos da construção deste instrumento e os
34 macroproblemas identificados pela SES/RS, como: dificuldade no acesso ao serviço de sa-
35 úde; melhoria na promoção e prevenção em saúde; cuidado em saúde mental e emocional,
36 morbimortalidade por causas evitáveis externas e; elevada incidência de doenças infecto-
37 contagiosas. Refere que na mesa diretora já há diálogo sobre como incorporar as diretrizes
38 aprovadas na 9ª Conferência Estadual de Saúde ao PPA. Após a explanação, alguns con-
39 selheiros fizeram suas considerações, como a conselheira Lúcia (CRESS), que questionou
40 se o material utilizado na apresentação seria disponibilizado aos conselheiros, o que foi
41 confirmado por Péricles Nunes. Lúcia pergunta como se dará a participação da população
42 na construção do PPA. O conselheiro João de Deus (FRACAB) manifestou-se reforçando
43 a pergunta anterior, perguntando ainda onde fica a proteção do idoso no plano plurianual e
44 se há previsão de orçamento para as demandas deste segmento. O conselheiro Nelson
45 (FCD) registra sua indignação pelo fato do estado do RS não pensar em políticas para a
46 pessoa com deficiência, sendo este segmento ignorado. Péricles Nunes falou sobre o com-
47 promisso da SES e deste governo pelos segmentos do idoso e da pessoa com deficiência.
48 A servidora Carolina complementa, reforçando que as políticas para os segmentos desta-
49 cados implicam ações transversais, que envolvem outras secretarias. Carlos Duarte reforça
50 a importância da sociedade na identificação dos problemas para a construção da política
51 de saúde. Lotário registra sua preocupação com a pauta da oncologia e sua relação com o
52 uso de agrotóxicos, inclusive os contrabandeados. João Iturbide (Fracab) elogia a apresen-
53 tação do plano, diz ser bem elaborado, mas que no seu município a realidade é diferente
54 das palavras bonitas apresentadas. Questiona o repasse de recursos do estado para os
55 municípios. Menciona que os municípios vêm arcando com as demandas da saúde, junto
56 com o Ministério de Saúde, mas o estado é ausente e omissor, que ele não vê o planeja-
57 mento acontecer na prática. Angélica, servidora da Secretaria Estadual de Assistência So-
58 cial, explana sobre a política do idoso a partir das ações da sua secretaria. Refere existir
59 um “nó” com a área da saúde, relacionada às casas geriátricas e as demandas de saúde.

60 Rodrigo Finkelstein complementa a fala de Carlos Duarte quanto à participação social, re-
61 forçando que o planejamento do SUS é ascendente. Menciona que o papel do Conselho é
62 assegurar que as deliberações da conferência sejam incorporadas ao PPA. Diz que foi pos-
63 sível “casar” o cronograma, do ponto de vista dos prazos: realização da Conferência Esta-
64 dual de Saúde em maio, definição do Plano Estadual de Saúde (PES) em julho e apresen-
65 tação do PPA na Assembleia Legislativa, em agosto. Paulo Casanova (CRMV) destaca a
66 importância da prevenção e a proteção à saúde. Refere que os menores valores destinados
67 pelos governos, são para as vigilâncias em saúde. Diz que é preciso mudar essa realidade
68 e ampliar o investimento nesta área, assim como a atenção básica, alterando a lógica das
69 “secretarias das doenças” para as “secretarias da saúde”. Jaime Braz (CTB) destaca os
70 cortes no financiamento da saúde no estado. Lúcia (CRESS) reforça que diante dos avan-
71 ços, inclusive tecnológicos, a gestão deveria ampliar mais a participação da sociedade na
72 construção do PPA, como o exemplo do processo nacional. Nelson Khalil (FCD) faz um
73 relato (comovente) sobre a falta de acessibilidade do banheiro do quinto andar do Centro
74 Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), local onde foi realizada a plenária. Relaciona as
75 dificuldades encontradas, do ponto de vista da acessibilidade, à baixa participação das pes-
76 soas com deficiência. Carlos Duarte lembrou do despejo do CES do CAFF e da falta de
77 acessibilidade do prédio onde o Conselho será realocado. Recorda do parecer da Procura-
78 doria Geral do Estado (PGE), corroborado pelo governador Eduardo Leite, que retira o ca-
79 ráter deliberativo do Conselho. Lamenta a situação constrangedora vivenciada pelo conse-
80 lheiro Nelson. Cláudio Augustin reforça e elogia a fala de Carlos Duarte. Faz uma retros-
81 pectiva sobre os movimentos realizados como parte do processo de construção da Confe-
82 rência Estadual de Saúde e a importância da mobilização política para que as propostas
83 aprovadas sejam incorporadas nos instrumentos de planejamento e gestão (PES e PPA).
84 Menciona que tanto a SES quanto o CES concordam que a saúde pública está um caos.
85 Também abordou a criação da Frente Parlamentar em Defesa do SUS, informando que a
86 mesa diretora irá sugerir a realização de audiências públicas regionais, para pautar o PES
87 e o PPA, com a finalidade de acumular nas discussões e apresentar emendas populares
88 em defesa da saúde pública. Devolvida a palavra para Péricles, menciona o constrangi-
89 mento vivenciado pelo Nelson e diz que, para além do pedido de desculpa, se compromete
90 a notificar a administração do CAFF, solicitando reforma imediata e urgente no banheiro.
91 Respondendo ao Sr. Lotário, Péricles assume que é um gargalo da saúde pública a pauta
92 da oncologia, informando que a SES fez uma parceria com o Tribunal de Justiça e que será
93 destinado recurso para a diminuição das filas. Sobre o questionamento do Sr. João Iturbide,
94 concorda que a tarefa é transformar em materialidade real aquilo que for disposto no plano

95 de saúde. Sobre as preocupações elencadas sobre a saúde da pessoa idosa, informa que
96 o *Programa Assistir* prevê a implementação de sete ambulatórios macrorregionais, dentro
97 de uma linha de cuidado para essa população. Carolina (SPGG) se compromete a levar as
98 sugestões da Lúcia (CRESS) para a secretaria. A palavra retorna ao Cláudio, que fala sobre
99 o financiamento federal, que agora se baseia em investimento e custeio. Que não existe
100 mais o recurso por “caixinha” (bloco de financiamento), que cada governo aplica como quer.
101 Também expressa preocupação com o novo arcabouço fiscal e refere ser importante a re-
102 tirada da saúde deste teto de gastos. Carlos Duarte inicia a nova pauta, que é a **avaliação**
103 **da 9ª Conferência Estadual de Saúde**. De imediato, abre a palavra para os conselheiros.
104 Justifica que o assunto foi debatido em mesa e, como estavam muito envolvidos, conside-
105 raram importante um certo distanciamento e ainda não realizaram esta avaliação (enquanto
106 mesa diretora). Informou que está sendo enviado um formulário de avaliação para os dele-
107 gados. Itamar Santos se manifesta, destacando que a análise da conferência deve ser po-
108 lítica, com consciência de classe. Lotário destaca o avanço da privatização da saúde no
109 interior. Refere, ainda, o aumento no número de casos de aborto espontâneo, transtorno do
110 espectro autista e suicídio – relacionando ao uso de agrotóxicos. Ressalta que o Conselho
111 foi construído para pensar saúde e hoje está voltado a apagar incêndios. Bárbara (Agapan)
112 comenta que achou a Conferência Estadual de Saúde maravilhosa, elogiando as mesas.
113 Ivete (CRN) relatou que sua função, no dia da conferência, foi de acalmar e acolher as
114 pessoas, na chegada. Diz que foi um trabalho simples, mas que é importante. Carlos des-
115 tacou a relevância do relato da Ivete, e completa que se sentiu pressionado em alguns
116 momentos, mas que tudo, dentro do possível, correu bem. Observou que houve uma des-
117 mobilização dos municípios do interior no que diz respeito à participação das delegações
118 na etapa estadual. Célia Chaves traz seu relato sobre a conferência. Apresenta-se e diz
119 que está voltando agora para o Conselho, que não acompanhou o início do processo de
120 organização. Comenta que ficou feliz com a informação repassada de que seria a maior
121 conferência da história, com o maior número de delegados. E que se entristeceu, pois me-
122 tade dos delegados não credenciou, pelos problemas envolvendo delegações que vieram
123 com trabalhadores, gestores, sem usuário, desrespeitando a paridade. Diz que é recorrente
124 esse fenômeno, e parece que não se aprende. Relembrou a fala de Cláudio Augustin, na
125 abertura da conferência, sobre um fato que a surpreendeu. Conta que ajudou Irene na sis-
126 tematização das propostas sobre a assistência farmacêutica, e que nunca havia visto isso:
127 municípios distantes, diferentes, que enviaram propostas idênticas, demonstrando que a
128 construção não foi realizada democraticamente. Rodrigo comenta que quando constatou

129 essa situação, brincou: “privatizaram o povo”, algo mais problemático do que apenas a ter-
130 ceirização da organização da conferência, em sua avaliação. Diz que já mapeou 20 muni-
131 cípios, que enviaram propostas idênticas, mas que pode chegar a quase 80. Célia (Sindi-
132 fars) refere que dá a entender que não foram propostas que “brotaram” da conferência, que
133 as prefeituras, ou os conselhos, contrataram pessoas, trouxeram o relatório pronto. Por fim,
134 diz que há muito a trabalhar. Tece uma crítica à ênfase no apelo por hospitais, expresso
135 nas propostas. Refere que a maioria dos usuários quer a resolução do seu problema de
136 saúde e não luta efetivamente para evitar que as pessoas fiquem doentes. Não faz uma
137 avaliação tão positiva, não pelos aspectos organizativos, mas pelos problemas já denunci-
138 ados. Bruna (SERGS) diz que foi sua primeira conferência, ficou feliz pela grandiosidade
139 do evento, mas também trouxe sua preocupação: no grupo de trabalho (que coordenou)
140 não tinha nenhuma pessoa afrodescendente e nem deficiente (SIC) o que limitou as dis-
141 cussões. Considera que algumas propostas acabam sendo colocadas de lado para outras
142 serem as mais votadas. Traz ainda seu relato como enfermeira da atenção básica, de que
143 a privatização vem prejudicando o atendimento, e que o Previde Brasil potencializa este
144 prejuízo ao priorizar números e metas e não a saúde do usuário. Conclui com o entendi-
145 mento de que tem muito a ser discutido e a conferência é só o início. Rodrigo se manifesta
146 concordando com as manifestações anteriores, e destaca a fala do Itamar que traz a ques-
147 tão política. Fala da dicotomia da “maior conferência”, levando em consideração o número
148 de municípios que realizaram suas conferências, mas que isso não refletiu no número de
149 delegados credenciados na etapa estadual. Refere que atuou na “sala de conflitos” e cha-
150 mou os conselheiros para apoiar no acolhimento. Como diagnóstico, diz que houve denún-
151 cias pontuais, de pessoas que relataram o boicote do gestor municipal, como exemplo, cita
152 vereadores que vieram como usuário. Relatou que fizeram um rastreamento para aprovar
153 as delegações. Afirma que houve terceirização de conferências municipais. Diz que falará
154 em outro momento, mostrando o relatório de todos os municípios que compraram esse
155 serviço. Para encerrar, menciona que embora tenham tido 800 delegados a menos, quem
156 foi, esteve muito participativo, politicamente articulados. Parabenizou a equipe do Conse-
157 lho, da Secretaria Estadual de Saúde e os conselheiros. Sr. Pozzobon (Fehosul) se mani-
158 festou sobre o caos que a saúde está passando e deu exemplos de como precisamos rea-
159 gir. Jaime Braz (CTB) diz que acreditava que haveria mais problemas, pela ruptura política
160 que vem existindo no país nos últimos anos. Menciona que na conferência houve uma par-
161 ticipação maciça das pessoas. Questões étnicas, raciais, de gênero aparecerem, acirrando
162 alguns debates, e que democracia é isso, é barulho. Paulo Casa Nova (CRMV) destacou
163 alguns problemas no acesso ao Araújo Vianna. Como facilitador de grupo comentou que

164 faltou tempo para aprofundar as discussões, o que prejudicou alguns assuntos muitos im-
165 portantes, como o financiamento do SUS. Compartilha que se tivéssemos mais tempo, tal-
166 vez teríamos chegado a um resultado final melhor. Cláudio Augustin (CUT) destacou que
167 foi uma conferência com pouca participação dos conselheiros. Menciona a terceirização
168 das conferências municipais, e que analisou as propostas oriundas destes relatórios. As
169 considera ruins, e afirma que nenhuma delas vingou. Refere a responsabilidade em trans-
170 formar o conteúdo da conferência em políticas públicas e isso precisa ocorrer a partir do
171 PPA e do PES. Destaca que houve êxito na conferência, e que a tarefa imediata é transfor-
172 mar o seu conteúdo em políticas concretas. A palavra retorna à Carlos Duarte que comple-
173 menta sua avaliação. Menciona que as pessoas reportavam a dificuldade, principalmente
174 os usuários, em participar em dia de semana. Também refere o pouco tempo, pois antes as
175 conferências tinham duração de 4 dias e nesta, tivemos 3 dias. Fala que enquanto Conse-
176 lho, é necessário fazer uma avaliação do relatório da Conferência. Itamar completa, dizendo
177 que após aprovado o relatório, é preciso transformá-lo em resolução. Cláudio Augustin des-
178 taca que é dever político apresentar denúncia ao Ministério Público sobre a terceirização
179 das conferências municipais. Para finalizar a pauta, Carlos Duarte informa que estão aguardando as avaliações, por escrito, via formulário que será encaminhado. Pauta segue com
180 **relato das comissões e assuntos gerais**. Célia Chaves relata que ao retornar à coordenação da Comissão de Assistência Farmacêutica, observou uma evasão e constataram
181 que o problema era o dia das reuniões. Estão fazendo uma enquete para alterar a data.
182 Aproveita a ocasião para convidar os conselheiros para participar. Informa que a comissão não aparece no site do CES. Reivindica que seja disponibilizado no site quais as comissões
183 estão em funcionamento, calendário, composição e demais informações no sentido de dar
184 transparência. Também informa que a comissão de assistência farmacêutica já está analisando sua parte do RAG. Bruna (SERGS) disse que está se inteirando das comissões e
185 tem uma dúvida: quem fiscaliza programas como a rede Bem Cuidar, se só o município ou
186 o CES também? Rodrigo responde que o CES também pode fazer esta fiscalização. Carlos
187 Duarte fala sobre o Projeto de Lei (PL) que trata da recomposição do Conselho. Traz uma
188 atualização do PL e sua tramitação, que está em regime de urgência, o que significa que
189 será votado em até 30 dias. Convoca todos a participar e acompanhar essa tramitação.
190 Ficou acordado que o referido Projeto de Lei será enviado pelo grupo do whatsapp aos
191 conselheiros. Paulo Casa Nova faz uma convocação para que todos participem e apoiem
192 um ato que ocorrerá às 17hs, em frente ao centro administrativo da Prefeitura de Porto
193 Alegre, pelo cumprimento da reposição salarial na database. João Iturbide (Fracab) desta-
194 cou as interferências na atuação dos conselhos nas conferências municipais. Questiona

199 sobre qual comissão trata deste assunto no CES e se poderiam haver visitas de apoio,
200 mesmo que regional, para aconselhar os conselhos municipais sobre como atuar no caso
201 das interferências e nos casos de desestruturação. Ele identifica que o problema não é só
202 de São Gabriel e que os municípios precisam do apoio do CES pois não sabem a quem
203 recorrer. Inara Ruas esclarece que é possível, seja a partir das plenárias macrorregionais
204 e da atuação da Frente Parlamentar em Defesa do SUS. Foi aberta discussão sobre o
205 assunto, com diversas manifestações. Rodrigo menciona que o tema em debate (interfe-
206 rência nos conselhos) deve ser reportado às Câmaras de Vereadores e ao Ministério Pú-
207 blico. Inara Ruas menciona que esteve na posse da nova Superintendente Estadual do
208 Ministério da Saúde, Maria Celeste, e que ela se comprometeu a estar presente nas plená-
209 rias do CES, construindo com o controle social. Rodrigo trouxe alguns esclarecimentos a
210 respeito da fala da Célia, sobre as comissões. Cláudio Augustin traz duas questões: quem
211 serão as pessoas que acompanharão o PL do CES na Assembleia Legislativa? Sendo apro-
212 vado, recorda que o prazo para adequação da composição do Conselho será de 6 meses.
213 A outra situação apresentada diz respeito à análise do RAG, RDQA e orçamento. De forma
214 emergencial, sugere a criação de uma comissão técnica, para análise dos instrumentos de
215 gestão. João de Deus traz um breve resgate sobre a situação do PL do CES e seu temor
216 na retirada da proposição do regime de urgência. A mesa diretora esclarece sobre o acom-
217 panhamento da tramitação, sendo que Carlos e Inara referem estar semanalmente na As-
218 sembleia Legislativa. Rodrigo reafirma o propósito do projeto de lei, que é acabar com o rol
219 taxativo de entidades. Nada mais havendo a tratar, eu, Karina Hamada Iamasqui Zuge,
220 lavrei a presente ata que, após leitura e aprovação, será assinada pelo Presidente do Con-
221 selho Estadual de Saúde. Porto Alegre, 25 de maio de 2023.